

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT 3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 8ª (OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 8ª (oitava) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente indagou aos Conselheiros se estes receberam as resoluções enviadas pela Secretária para apreciação e, se há necessidade de correção. Não havendo nenhuma observação por parte dos conselheiros, a resolução ao seguinte processo: 1/5451/2017 (Despacho de Perícia) – Cons. Lúcio Flávio Alves, foram aprovadas. Foi lida e aprovada a ata da 7ª Sessão Ordinária Virtual. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/5454/2017. Auto de Infração nº 1/201710525. RECORRENTE: POSTO DUNAS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO. Decisão:** Por ocasião do debate o Sr. Presidente, na forma regimental, concedeu **vista dos autos** ao Conselheiro Lúcio Flavio Alves, o qual solicitou a fim de proceder análise mais detalhada e para melhor fundamentar seu entendimento sobre a matéria em questão. **Processo de Recurso nº 1/5455/2017. Auto de Infração nº 1/201710523. RECORRENTE: POSTO DUNAS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATORA: Conselheira TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO. Decisão:** Por ocasião do debate o Sr. Presidente, na forma regimental, concedeu **vista dos autos** ao Conselheiro Lúcio Flavio Alves, o qual solicitou a fim de proceder análise mais detalhada e para melhor fundamentar seu entendimento sobre a matéria em questão. **Processo de Recurso Nº 1/5456/2017. Auto de Infração nº 1/201710518. RECORRENTE: POSTO DUNAS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro ALEXANDRE MENDES DE SOUSA. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve por unanimidade de votos conhecer do Recurso Ordinário e tomar as seguintes deliberações: I- **Quanto a alegação de ocorrência de “bis in idem”, na aplicação da penalidade - visto que a recorrente está sendo acusada de dupla responsabilização**

pela prática de um mesmo fato em um mesmo período – o AI 201405065 lavrado em razão de dados divergentes na Escrituração Fiscal Digital (EFD) e a Leitura de Memória Fiscal e, o AI 201710518 no qual se acusa da ausência de escrituração das notas de aquisição na EFD, ambos referentes ao exercício de 2013 – mesma acusação, omissão de dados na EFD – Afastada por unanimidade de votos, tendo em vista tratar-se de obrigações acessórias distintas e que o auto de infração citado, de nº 201405065, trata de multa diversa do auto de infração sob análise, as multas aplicada nos processos não incidem sobre o mesmo fato tido como infracional, não existindo, portanto, a ocorrência de bis in idem; **II- Com relação à preliminar de nulidade por falta de clareza e precisão na capitulação legal, ferindo a art. 33, XIV, do Decreto nº 25.468/99** – Afastada por unanimidade de votos, em razão de que tanto na peça acusatória quanto nas informações complementares o agente fiscal indicou os dispositivos legais infringidos; **III- Quanto ao pedido de Perícia formulado pela Recorrente** - Foi indeferido por unanimidade de votos, com fundamento no artigo 97, da Lei nº 15.614/2014, uma vez que o contribuinte o requereu de forma genérica; **IV- No mérito**, a 3ª Câmara, por maioria de votos, resolve dar parcial provimento ao recurso interposto, modificar a decisão condenatória exarada na instância singular e, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a autuação, em razão do reenquadramento da penalidade para a inserta no art, 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, com alteração dada pela Lei 16.258/2017, por ser mais benéfica ao contribuinte, conforme art. 112, do CTN. Tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, se manifestou pela procedência da autuação nos termos do art. 123, III, “g”, c/c o art. 126, caput, da Lei nº 12.670/96. Foi voto divergente o da Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto que votou pela procedência nos termos da manifestação da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/5457/2017. Auto de Infração nº 1/201710517. RECORRENTE: POSTO DUNAS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro FELIPE AUGUSTO ARAÚJO MUNIZ. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve por unanimidade de votos conhecer do Recurso Ordinário e tomar as seguintes deliberações: **I- Quanto a alegação de ocorrência de “bis in idem”, na aplicação da penalidade - visto que a recorrente está sendo acusada de dupla responsabilização pela prática de um mesmo fato em um mesmo período – o AI 201405065 lavrado em razão de dados divergentes na Escrituração Fiscal Digital (EFD) e a Leitura de Memória Fiscal e, o AI 201710517 no qual se acusa da ausência de escrituração das notas de aquisição na EFD, ambos referentes ao exercício de 2012 – mesma acusação, omissão de dados na EFD – Afastada por unanimidade de votos, tendo em vista tratar-se de obrigações acessórias distintas e que o auto de infração citado, de nº 201405065, trata de multa diversa do auto de infração sob análise, as multas aplicadas nos processos não incidem sobre o mesmo fato tido como infracional, não existindo, portanto, a ocorrência de bis in idem; II- No mérito**, a 3ª Câmara, por unanimidade de votos, resolve negar provimento ao recurso interposto e, confirmar a decisão **CONDENATORIA** exarada na 1ª Instância, nos termos do voto Conselheiro Relator, de acordo com o parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, se manifestou pela procedência, mas contrário ao entendimento do Parecer. **Processo de Recurso Nº 1/5459/2017. Auto de Infração nº 1/201710515. RECORRENTE: POSTO DUNAS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro LÚCIO FLÁVIO ALVES. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve por unanimidade de votos conhecer do Recurso Ordinário e tomar as seguintes deliberações: **I- Quanto à alegação da recorrente de formalismo exacerbado e que a agia de boa-fé** - afastada por unanimidade de votos, com argumento de que em direito tributário se aplica o princípio da responsabilidade objetiva, previsto no art. 136, do CTN; **II – Quanto ao pedido da parte**

que a penalidade seja pela aplicação do art. 123, VIII, “D”, da lei nº 12.670/96 - foi afastada com o argumento que existe norma específica para o caso no art. 123, III, “M”, da Lei nº 12.670/96, com a redação a época do fato gerador; **III- No mérito**, a 3ª Câmara, por unanimidade de votos, resolve negar provimento ao recurso interposto e, confirmar a decisão **CONDENATORIA** exarada na 1ª Instância, nos termos da manifestação do Procurador do Estado, que entendeu pela aplicação do art. 123, III, “m”, da Lei nº 12.670/96, com a redação vigente à época do fato gerador. Decisão nos termos do voto Conselheiro Relator, de acordo com o parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 20 (vinte) de agosto do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA